



UMA VITÓRIA COM ROSTO

CONSTRUIR O FUTURO

A política de solidariedade e a filosofia da solidariedade são, não só uma exigência do homem moderno, como um dever moral e de justiça de cada um de nós. É preciso que toda a gente se sinta responsável pela comunidade em que vive. A educação para o desenvolvimento deve ser uma tarefa para todos e para as diferentes instituições e organizações da comunidade. A grande prioridade têm de ser as pessoas na sua plena dimensão humana de dignidade. O grande caminho é sempre o mesmo: políticas governamentais adequadas e projectos de intervenção comunitária, num trabalho coordenado e responsável das várias instituições, oficiais e particulares, e dos próprios destinatários. É preciso que todos juntos construamos projectos em que todos possam participar, em pé de igualdade, técnicos e grupo alvo, sem paternalismos, com a sua individualidade própria e respeito pelas diferenças de cada um. Abolida de vez a fase assistencial, é com uma forte participação da comunidade, incluindo dos vários agentes, sociais e económicos, e a própria comunicação social, que se poderão criar condições de mais bem-estar e dignidade para todos e cada um.

Com a presente Rede "Construir juntos" (ver páginas 2/3 deste Boletim), o IAC dá corpo a uma das suas prioridades: juntar à nossa voz outras vozes, que nos ajudem, em cada momento, a que mais crianças, jovens e suas famílias, tenham condições de vida de mais bem-estar e mais dignidade. Sabemos que não vamos resolver todos os problemas das crianças em risco, mal amadas e que sofrem tão dolorosamente as consequências de uma sociedade tantas vezes desumanizada e injusta socialmente. Não estamos à espera de vitórias totais. Mas dá-nos uma grande compensação sentir que cada vitória — de cada Projecto, em diferentes comunidades — tem um rosto. Um rosto de uma criança, de um jovem, de uma família, que saiu de uma situação de exclusão e marginalidade e começa uma nova caminhada de esperança e de um futuro mais responsável e mais feliz.

MANUELA CANES

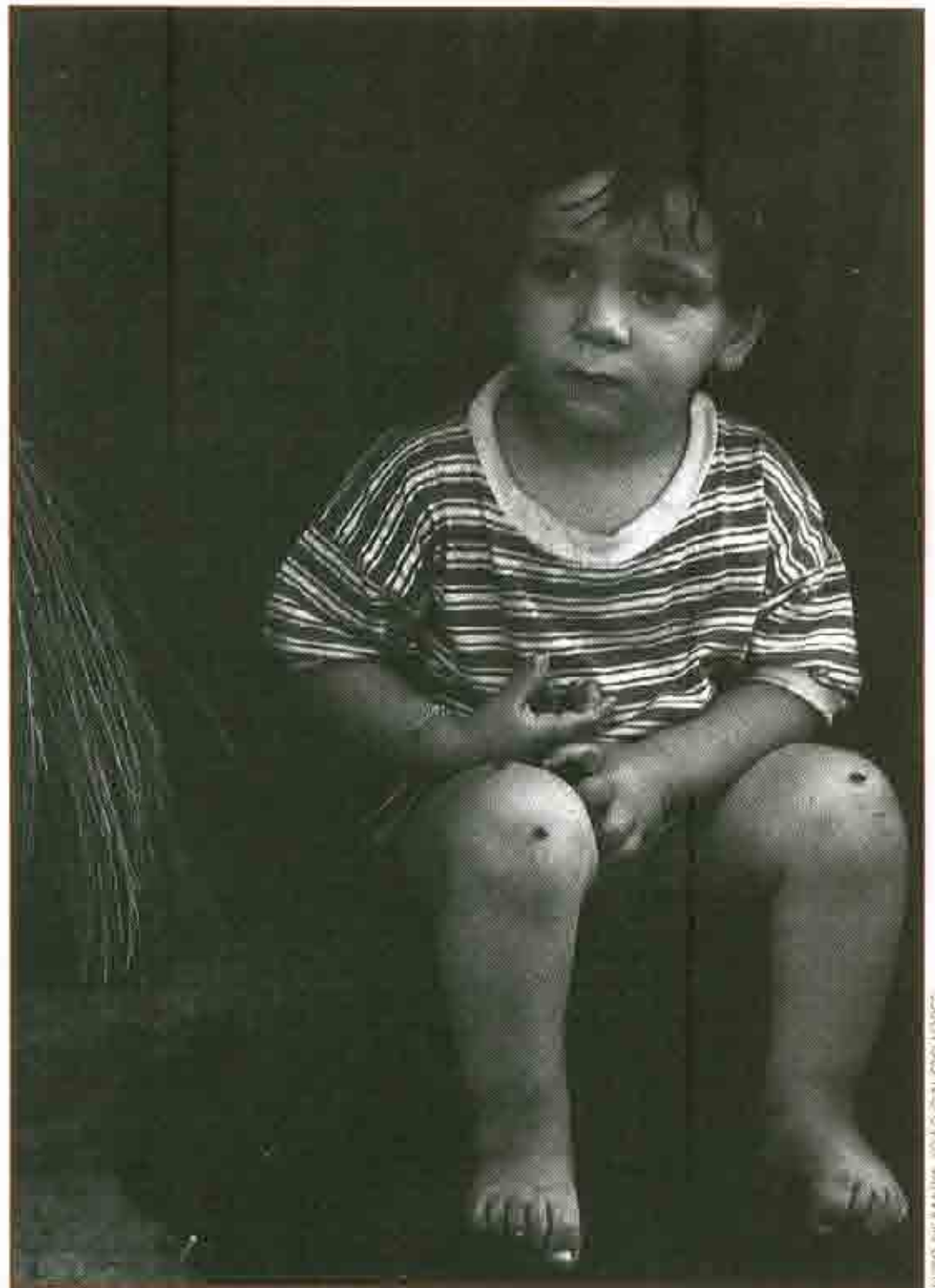


Foto de Maria João Calisto Alves

ABUSO SEXUAL E OS LIMITES DA INTERVENÇÃO

UM ARTIGO DE JORGE FERREIRA

P. 4 a 6

A EUROPA CONTRA O RACISMO

P. 8

CRIADA A REDE "CONSTRUIR JUNTOS"

ENTRE os objectivos delineados no Projecto e que foram concretizados, a realização dos Ateliers e do Encontro para a constituição formal da Rede "Construir Juntos" foram aqueles que tiveram maior visibilidade.

ATELIERS

No dia 22 de Maio realizaram-se os Ateliers, constituindo para as associações participantes um dia de reflexão sobre temas de especial interesse.

Os temas previamente escolhidos e trabalhos nos Ateliers foram:

— "Escola, família e comunidade", sobre o qual a directora-adjunta do Ensino Básico, Isabel Antunes, dissertou, evocando a sua experiência como professora e como técnica sensível à problemática das crianças em risco, principalmente no que diz respeito à sua apatia escolar. O seu discurso teve ainda como tónica central o desenvolvimento do Projecto "Escolas e comunidade em movimento", no qual participou como directora na Escola de Alfornelos.

— "Valorizações das estratégias de

acolhimento não familiar" foi o segundo tema, que contou com a presença do director da Aldeia de Santa Isabel, António Amaro, que, através de uma breve exposição teórica e a apresentação de um vídeo, mostrou o modelo de funcionamento de uma instituição onde convivem crianças, jovens e idosos em completa harmonia.

A vereadora do pelouro da Habitação da Câmara Municipal de Loures, Zélia Amorim, fez uma comunicação subordinada ao tema "Articulação inter-serviços na resposta ao cidadão".

No período da tarde, seguiu-se a apresentação e debate de três grupos de trabalho distintos, de experiências temáticas.

Os Ateliers finalizaram com a apresentação em plenário dos resultados obtidos em trabalho de grupo e das recomendações propostas, seguido de um comentário global por Casimiro Balsa, sociólogo da Universidade Nova de Lisboa.

ENCONTRO PARA A CONSTITUIÇÃO FORMAL DA REDE "CONSTRUIR JUNTOS"

Com o objectivo de constituir e divulgar a Rede "Construir Juntos", perspectivar novas iniciativas e formas de trabalho conjunto, assim como suscitar o diálogo entre as associações que compoem a Rede, no âmbito das metodologias de intervenção com famílias não estruturadas, o projecto "Construir Juntos" promoveu, nos dias 30 de Junho e 1 de Julho, um Encontro, que se desenvolveu em duas partes distintas. A primeira foi a reflexão sobre "Metodologias de intervenção com famílias não estruturadas"; a segunda foi a formalização da constituição da Rede "Construir Juntos".

O Encontro desenvolveu-se

através de exposições teóricas, sessões plenárias e grupos de trabalho, nos quais tiveram participação cerca de 230 pessoas com formação nas áreas da educação, emprego, saúde e social, entre as quais dirigentes, técnicos e animadores nacionais e estrangeiros (europeus e dos PALOP), assim como representantes de outras redes nacionais e internacionais.

Paralelamente à realização do Encontro decorreu uma exposição sobre as instituições aderentes à Rede.

O Encontro teve início com as boas-vindas da presidente do IAC, Manuela Eanes, e um breve discurso da Alta Comissária para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família.

O Pólo Mediador representado por Adelina Marques apresentou os trabalhos a realizar durante o Encontro, fazendo uma breve exposição no que diz respeito ao surgimento do Projecto e enfatizando o seu objectivo primordial — a constituição de uma rede de associações nacionais e internacionais que tem em comum o desenvolvimento de actividades com crianças e respectivas famílias.

Contámos ainda com a presença de Cristina Louro, gestora da Intervenção Operacional Integral, da Comissária de Luta contra a Pobreza — Região Sul e da directora do Consortium Britânico das Crianças da Rua, Anita Schrader.

A parte da manhã finalizou com a intervenção da presidente da Rede Europeia das Crianças da Rua no Mundo.

Neste dia e no âmbito do tema do Encontro, foram desenvolvidos dois painéis:

I — "Caracterização das famílias não estruturadas".

II — "Metodologias e estratégias de intervenção", a que se seguiu



BOLETIM DO IAC
Nº 45
JULHO/SETEMBRO
1997
director
Máilde Rosa Araújo
coordenação
Grupo Técnico do IAC
António Torrado
Clara Castilho
Leonor Santos
edição
Instituto de Apoio à Criança
Largo da Memória, 14
1300 Lisboa
concepção gráfica
e produção
Joana Imaginário
fotolitos
e impressão
Elgrafe
depósito legal
Nº 74 186/94
tiragem
3000 ex.

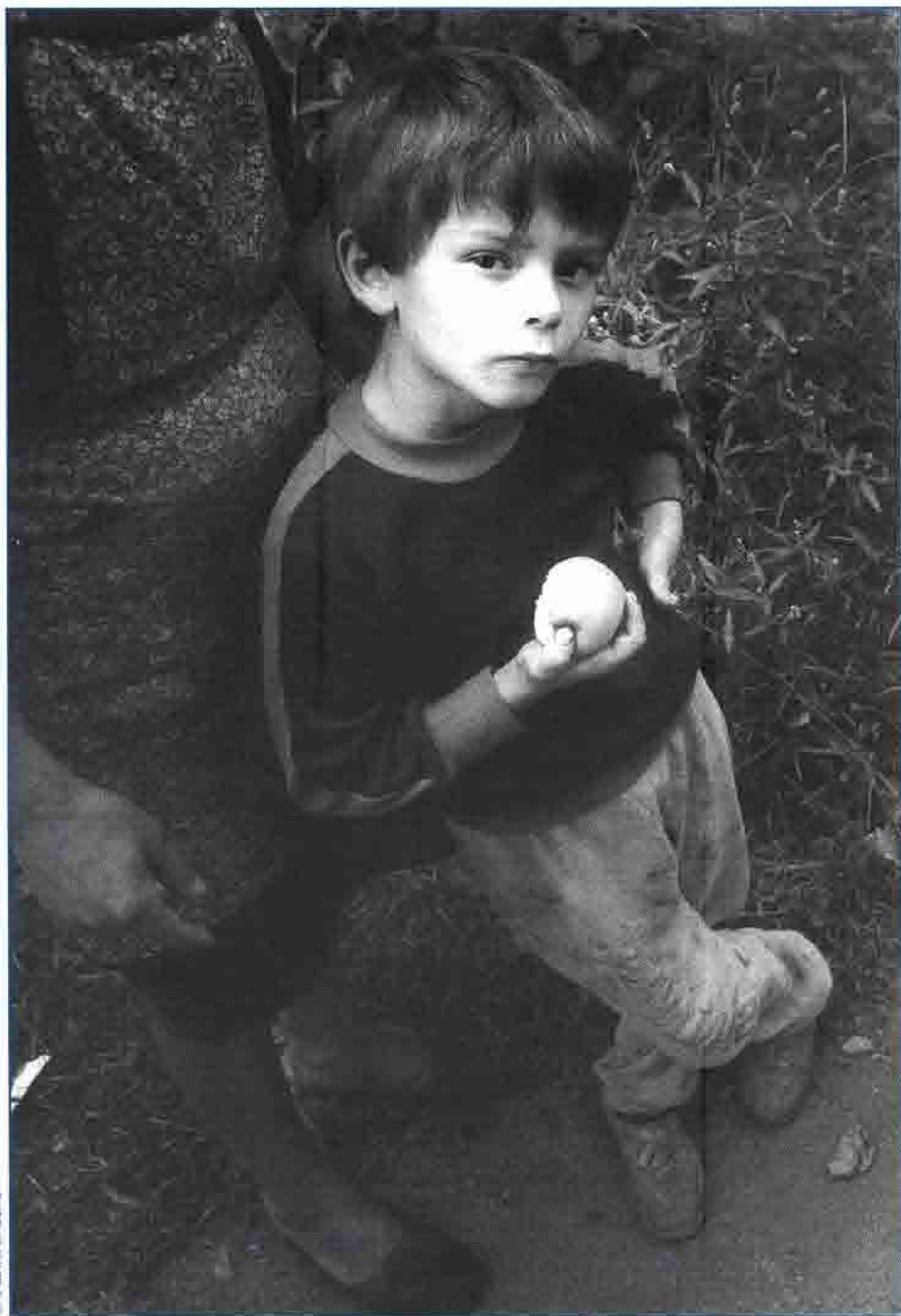


FOTO DE RUI GABEIRO

um breve e aceso debate, onde se pôde concluir que as crianças são sempre aqueles que mais sentem quando a desestruturação da família se torna evidente.

No segundo dia do Encontro, realizaram-se trabalhos por grupos de interesses e zonas geográficas, onde se processou a intervenção, quer a nível nacional, quer europeu.

GRUPO I — Famílias não estruturadas em bolsas de pobreza urbana e sub-urbana;

GRUPO II — Famílias não estruturadas em bolsas de pobreza rural;

GRUPO III — Famílias não estruturadas em bolsas de pobreza no meio urbano.

Nestes grupos privilegiou-se o intercâmbio de novas experiências

e de métodos de intervenção.

No período da tarde, após a leitura do termo da formalização da Rede, previamente assinado pelos representantes legais de cada associação que integra a Rede (em número de 54), procedeu-se à formalização da constituição da Rede "Construir Juntos", na presença de Rui Cunha, secretário de Estado da Reinserção Social. ■

ABUSO SEXUAL E OS LIN

JÓRGE FERREIRA*

QUANDO ouvimos falar de abuso sexual, parece-nos algo estranho, familiar ou assustador.

Estranho, porque partimos da ideia que este tipo de situações não existem na sociedade portuguesa e muito menos na nossa família.

Familiar, porque também nós em criança sofremos a brutalidade do abuso sexual, sobre o qual guardamos segredo, por cumplicidade ou por vergonha.

Assustador, porque jamais pensávamos que nos fosse acontecer "tal coisa", ou que nos viesse parar às mãos solicitando uma intervenção. Intervenção que não sabemos muitas vezes aquela que será mais adequada, oportuna e a mais possível de acordo com a situação.

É sobre estas questões que pretendo reflectir em voz alta neste artigo, procurando ecos que me ajudem a compreender e a definir melhor o campo de intervenção profissional na situação do abuso sexual.

O abuso sexual numa perspectiva epistemológica é considerado como um tipo de mau trato provocado à criança. Mau trato na medida em que explora a criança em prol do prazer do adulto e põe em risco não só o bem-estar da criança como também o seu desenvolvimento moral, psicológico e psíquico.

Será o abuso sexual um mau trato diferente de todos os outros tipos de mau trato? Ou seremos nós profissionais que pela sua natureza e sensibilidade pretendemos transformá-lo em algo de terrível e de assustador? Não pretendo flexibilizar o abuso sexual e a intervenção nestas situações. Pretendo é dizer que a diferença entre os vários tipos de maus tratos está no efeito que cada um deles produz na criança. Efeitos que podem ser traumáticos ou que podem ser compreendidos pela criança evitando des-

ta forma o trauma. Mas se o trauma pode ser evitado, há sempre um efeito que o mau trato produz que pode ser psicológico, social e mental. Associado ao efeito, temos o tipo de intervenção a promover junto das situações de mau trato, em particular do abuso sexual. Uma intervenção adequada e assertiva à situação pode evitar uma consequência traumática para a criança envolvida no problema.

Ao nível da intervenção profissional, encontramos os serviços interventores no problema e os profissionais. Os serviços interventores caracterizam-se por uma intervenção normativa, na perspectiva de medida de protecção e/ou punitiva do abusador.

Os profissionais são aqueles que desenvolvem programas de tratamento para lidar com as sequelas psicológicas.

DADOS DO SOS-CRIANÇA

Para compreendermos melhor a intervenção profissional nas situações de abuso sexual, passamos a referir alguns dados do serviço SOS-Criança.

No período de 1993 a 1995, este serviço recebeu 47 situações de abuso sexual, apresentadas pela própria criança, e 178 situações apresentadas por pessoas adultas da comunidade, perfazendo um total de 220 casos.

Há dois tipos de situações que pretendo realçar: aquelas que obtiveram resposta e as que não obtiveram resposta.

As situações que obtiveram resposta foram aquelas que na descrição do caso à linha telefónica do SOS-Criança referiram os seguintes elementos: nome do menor e idade; identificação do agregado familiar e morada; identificação do agressor e do tipo de abuso; resumo da situação ["(...) a mãe nunca está em casa", "(...) a mãe é prostituta e recebe chulos em casa", "(...) alcoolismo do pai", "(...) promiscuidade na relação familiar, perda de

respeito na família entre pai e mãe", "(...) mãe falecida..."; "(...) pais pouco implicados no processo educativo"]; as idades das crianças vítimas do abuso sexual varia entre os três e os sete anos de idade, nestas situações.

A intervenção desenvolvida nestas situações caracterizou-se por uma orientação via telefone para o serviço do Centro Regional de Segurança Social respectivo e para equipamentos sociais, como, por exemplo: jardim infantil, actividades de tempos livres e outros. Numa segunda fase, procedeu-se a uma orientação por ofício para os serviços da Comissão de Protecção de Menores da área geográfica, onde reside a criança, para a escola e Centro de Saúde respectivo. A estas situações foi feita uma reavaliação de situações passados três meses do encaminhamento/orientação do caso.

Através do processo de reavaliação verificamos que a intervenção realizada centrou-se na família (intervenção junto do membro da família que não aceita o apoio do técnico e do serviço) e na criança (encontrando na comunidade de residência do menor vítima respostas alternativas de suporte ao problema, creche, jardim, escola, ATL...).

Nas situações que não obtiveram resposta "definitiva", verificamos que na descrição do caso aparecem como referência os seguintes elementos: nome do menor e idade; identificação do agregado familiar e morada; presença da figura do avô, identificado como o abusador; cumplicidade da mãe da criança; alguma tradição na família; integrados na situação/problema elementos da família alargada (tios, primos...)

Nestas situações, as idades variam entre os três e os nove anos de idade.

A intervenção desenvolvida baseou-se numa primeira orientação via telefone para a escola, Centro Regional de Segurança Social e

LIMITES DA INTERVENÇÃO

Centro de Saúde da área de residência da criança. A segunda intervenção na situação fez-se novamente por via telefone, obtendo como resposta dos serviços que a situação estava em estudo/acompanhamento. Num terceiro momento, fez-se uma intervenção via ofício para a Comissão de Protecção de Menores da área de residência das crianças.

Das informações recolhidas junto dos serviços que intervieram nas situações, concluímos que a intervenção desenvolvida se realizou em rede/articulação entre os diferentes serviços locais existentes na comunidade.

Após uma primeira avaliação diagnóstica da situação, conheceu-se o primeiro limite da intervenção, ou seja: a figura do abusador, "avô" caracterizado não só como familiar próximo da criança, mas também como pessoa de idade. Este facto coloca à equipa de intervenção a questão: que abordagem fazer? Centramos a intervenção profissional no avô, nos progenitores da criança ou na própria criança?

LIMITES DE INTERVENÇÃO

Com base nos dois tipos de situações (com resposta e sem resposta) descritos anteriormente, podemos questionar-nos sobre alguns limites da intervenção profissional nas situações de abuso sexual.

Nas situações que obtiveram resposta, verificamos que, para além do abuso sexual está também associado às situações a negligência das crianças por parte dos progenitores e em alguns casos verifica-se uma situação de pobreza. Enquanto que nas situações que não obtiveram resposta encontramos por vezes o abuso sexual associado a uma prática cultural geracional na família e o envolvimento de elementos da família, identificados como abusadores.

Se no primeiro caso questiono se a intervenção profissional reali-

zada se dirigiu para o problema do abuso sexual ou se para o problema da negligência ou situação de risco em que se encontrava a criança. No segundo caso questiono a complexidade da situação e da própria intervenção. Como refere Tilman Furniss (Abuso Sexual da Criança, p. 66, 3º parágrafo), "por trás do evidente envolvimento pai-criança e da responsabilidade única do pai pelo abuso, três áreas de problema importantes e, muitas vezes, inesperadas, no relacionamento entre a mãe, o pai e a criança, aparecem durante o tratamento. O conflito homossexual e sexual entre os pais. O fracasso materno em evitar o abuso e proteger a criança. A competição entre a mãe e a criança como parceira emocional do pai".

A maioria destas situações ficam-se por processos tutelares e

raramente passam a processos criminais, principalmente quando o abusador é um elemento da família. A intervenção profissional também aqui conhece vários limites na sua intervenção impostos pela própria lei, segundo a qual o processo criminal apenas é efectuado a pedido dos progenitores da criança, nem tão-pouco o Tribunal de Menores que analisou a situação e decretou medidas de protecção toma a iniciativa de abrir processo criminal. Citando de novo Tilman Furniss (ob. cit., p. 11, 2º parágrafo), "a intervenção legal pode, consequentemente, não apenas falhar em relação ao seu objectivo, mas também infligir um dano psicológico adicional à criança".

Um outro aspecto importante a salientar são os relatórios sobre as situações de abuso sexual realiza-



ABUSO SEXUAL



dos para o tribunal pelos serviços de intervenção social. Tilman Furniss (ob. cit., p. 250, 4º parágrafo), refere que “os relatórios para o tribunal não devem conter apenas recomendações que auxiliem no processo de tomada de decisão legal. O relatório também deve apontar os efeitos da decisão do tribunal sobre todos os outros subsistemas na rede (...), as recomendações do relatório devem incluir as possíveis consequências a longo prazo das diferentes decisões legais possíveis sobre o próprio processo legal, sobre o trabalho de outros subgrupos profissionais e sobre a criança e a família”.

Segundo Tilman Furniss, as recomendações nos relatórios para o tribunal devem conter quatro elementos:

1. Listar todas as possíveis consequências legais;
2. Examinar cada consequência em termos dos seus efeitos na estrutura básica da intervenção profissional mais ampla;
3. As possíveis consequências legais que podem levar à prevenção do crime, à protecção da criança e à terapia;
4. As possíveis decisões que podem ajudar a criar a estrutura de uma intervenção terapêutica.

Fazendo uma breve conclusão, podemos referir que o movimento dos direitos da criança tem contribuído para que a criança seja cada vez mais um sujeito de direitos perante a lei. Mas não será também importante que este reconhecimento da criança seja feito enquanto sujeito de direitos de apoio, intervenção e resposta aos seus problemas?

Esta questão relaciona-se com as dificuldades em obter uma resposta efectiva para o problema. Dificuldades na intervenção legal que não processa criminalmente o abusador, que na intervenção da protecção da criança por vezes a traumatiza pela sua natureza, morosi-

dade e falta de actuação efectiva. Referimo-nos aqui aos processos que passados 6/7 meses da ocorrência solicitam novamente uma observação médica que nada comprova.

Dificuldades na intervenção terapêutica, associada à falta de articulação não só ao nível dos serviços e dos técnicos, mas também da situação real (abuso sexual de um menor), legal (trâmites de um processo judicial) e terapêutico (intervenção junto da família e da criança).

Baseado nas teorias de Tilman Furniss, defendo os seguintes tipos de intervenção:

— Intervenção punitiva (centrada no abusador);

— Intervenção protectora da criança (centrada na criança, com o objectivo declarado de proteger o desenvolvimento físico, emocional, moral e de bem-estar enquanto vítima);

— Intervenção terapêutica (aquela que procura tratar o trauma psicológico individual e modificar os relacionamentos familiares — refira-se que esta intervenção não é dirigida contra qualquer membro da família, mas objectiva alterar relacionamentos familiares).

Por último, não podemos e não devemos pensar que todas as crianças que sofreram de abuso sexual ficam perturbadas em termos psiquiátricos, embora, como diz Tilman Furniss, “todos possam ficar confusos, até certo grau em virtude da experiência”.

Referências bibliográficas:

- Tilman Furniss, *Abuso Sexual da Criança — Uma abordagem multidisciplinar*, 1993, Porto Alegre, Artes Médicas.
- *Dossier Technique — Les Abus Sexuels à l'égard des enfants. Comment en parler*. Ministère des affaires sociales et de l'intégration.
- Dados estatísticos do Serviço SOS-Criança/IAC.

* Assistente social no Serviço SOS-Criança/IAC; professor no Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa

PARTHENAY, FRANÇA UNIVERSIDADE DE VERÃO

A Associação das Ludotecas Francesas (ALF) organiza, anualmente, uma Universidade de Verão de Ludotecários, em Parthenay, cidade onde, simultaneamente, decorre um animado festival de jogos da responsabilidade da municipalidade.

Este ano, de 7 a 10 de Julho, teve lugar mais uma vez nesta cidade a 5ª Universidade de Verão de Ludotecários. Foram objectivos do evento possibilitar uma formação aprofundada sobre o significado do jogo, enquanto actividade cultural e de ocupação de tempos livres em diferentes espaços lúdicos, bem como promover a troca de experiências e de saberes entre os participantes, cerca de 40 profissionais. O IAC participou nesta 5ª Universidade, através da presença de Filomena Viegas, do Sector da Actividade Lúdica.

Ao longo dos quatro dias, o trabalho desenvolveu-se em conferências, comunicações, exposições e de uma entusiasmada participação de todos num torneio de “Rolit”.

Entre os temas abordados na 5ª Universidade, merecem referência: “A Ludoteca: uma instituição clássica e inovadora”, apresentado por Nathalie Roucoux, investigadora da Universidade de Paris V René Descartes; “Jogos e modernidade”, por Christian Heslon, investigador associado à Universidade de Angers; “Jogar: usufruir do tempo perdido”, a cargo de Alain Guy, psicanalista e professor em Ciências de Educação na Universidade Paris VIII. “Espaço e escolha de jogos e de brinquedos na ludoteca”, por Catherine Watine, psicóloga e responsável de ludoteca.

Integrando o programa de apresentações dos participantes, a ALF fez um relato da situação das ludotecas em França, e Despina Yamodi, com Dora Deddefki, da Sociedade de Ludotecas Gregas, apresentaram a situação das ludotecas na Grécia.

ACTIVIDADE LÚDICA REGRESSO AOS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO

COM a entrada do ano de 1997/98, perspectivam-se novas vertentes de formação que vêm enriquecer o Plano de Actividades do sector da Actividade Lúdica. É importante lembrar que, ao longo de cada ano lectivo, a Actividade Lúdica tem proporcionado, através das suas acções e oficinas, uma formação específica aos técnicos, aos responsáveis, aos estudantes envolvidos nas diferentes áreas de intervenção com crianças, fornecendo, deste modo, respostas concretas às necessidades sentidas, ao nível da formação inicial e contínua, sobre aspectos teórico-práticos do lúdico e da ludicidade.

O plano de formação anual deste sector tem sido caracterizado como: pioneiro, considerando a área de trabalho que envolve e o seu nível de aprofundamento; inovador, tendo em conta os conteúdos que desenvolve; de incidência nacional, dado o universo alargado de profissionais que participam nas acções.

De acordo com o modelo de formação já adoptado em anos anteriores, teve lugar, a 23 e 24 de Setembro e 1 de Outubro, a 1ª acção de formação, "Oficina de Vídeo - Técnica e Linguagem", orientada por Fernando Galrito, realizador de vídeo e cinema de animação, antropólogo e coordenador do Atelier de Técnicas Narrativas da Fundação Calouste Gulbenkian. Como tem acontecido anteriormente, as instalações do Serviço de Educação da Gulbenkian serão o local de realização das acções previstas para o presente ano lectivo. Com efeito, sem o apoio deste Serviço não seria possível dar concretização a muitos dos objectivos do sector da Actividade Lúdica do IAC.

Disponibilizando os recursos de formação a instituições em diferentes áreas geográficas e em função de diversificados objectivos de in-

tervenção, o sector da Actividade Lúdica inicia um ciclo de acções, que terão lugar nos meses de Setembro e Outubro, com a orientação de Denise Garon, do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Laval, Quebec, Canadá, e de Leonor Santos, coordenadora do Sector da Actividade Lúdica.

Do programa desta formação constam as seguintes intervenções:

Em Setembro, a 22/23, uma acção de formação, "Seleção e catalogação de brinquedos — Sistema ESAR", no CIFOP da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Pólo de Vila Real; conferências de sensibilização destinadas à população escolar, sobre o tema "Actividade Lúdica: o contributo das Ludotecas" (em Vila Real, no CIFOP da UTAD, e em Chaves, no auditório da GATAT). A 25/26, acção de formação no IAC, em Lisboa, sobre "Sistema ESAR". A 29/30, acção de formação no Projecto Ser Criança da Junta de Freguesia da Ajuda, em Lisboa, que incidirá sobre "A importância do brincar no desenvolvimento. Como escolher um brinquedo?".

Em Outubro, o programa continua a 2/3, com a acção de formação "A importância do brincar no desenvolvimento. Como escolher um brinquedo?", na Cercizimbra, em Sesimbra. Às 21h do dia 3, sessão de sensibilização com pais, no mesmo local. A 6/7, terá lugar em Montemor-o-Novo, no Auditório Curvo Semedo, uma acção subordinada ao tema "Seleção de brinquedos, adequação de idades, desenvolvimento infantil e importância da actividade lúdica" e, no dia 8, realiza-se uma conferência de sensibilização para técnicos de educação e saúde, de três concelhos do Alentejo, sobre "A importância do brincar no desenvolvimento. Como escolher um brinquedo?", integrada no II Encontro de Intervenção Precoce, em Montemor-o-Novo.■

INSTITUTO IRENE LISBOA ENCONTRO PARA EDUCADORES E PROFESSORES

O Núcleo Regional do Centro do Instituto Irene Lisboa organiza, nos dias 6 e 7 de Novembro próximo, o Encontro Espaços Lúdicos — Contributos para uma ocupação criativa dos tempos livres das crianças e dos jovens, destinado a educadores de infância, professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básico e secundário, autarcas, elementos das direcções das associações de pais.

O encontro conta com o apoio do IAC, da Câmara Municipal de Coimbra, da Associação Nacional de Municípios, do IPI, do IIE e do Núcleo Regional do Centro.

De entre as intervenções previstas, três comunicações estarão a cargo do IAC: no dia 6, Maria Pilar Ribeiro, do Núcleo de Coimbra, apresenta a comunicação "O Direito de Brincar", e Cândida Pombo, um novo elemento no sector, "Actividade Lúdica: Espaços de Exterior"; no dia 7, Leonor Santos, coordenadora do Sector da Actividade Lúdica, intervém com a comunicação "O Universo das Ludotecas — Unidade de princípios e diversidade de modelos".

FÓRUM EM FAMILICÃO

A Ludoteca de Vila Nova de Famalicão leva a efeito, nos dias 29, 30 e 31 de Outubro, um fórum subordinado ao tema "Estar em educação aprendendo juntos".

Esta iniciativa tem como principal objectivo envolver a comunidade educativa do concelho na prossecução do projecto da ludoteca para o ano lectivo de 1997/98 "Remexer o baú das tradições", e conta com o apoio da Câmara Municipal. O programa prevê a intervenção de Manuela Nogueira, da direcção do IAC, e uma intervenção do sector da Actividade Lúdica.■

I A C P R E S E N T E

A EUROPA CONTRA O RACISMO

— Maria João Pena e Manuel Coutinho estiveram a representar o Instituto de Apoio à Criança/SOS-Criança no 1º Encontro das Comissões de Protecção de Menores da zona Metropolitana do Porto.

— O Núcleo do IAC dos Açores, para concretização das acções "Viver a Natureza", levou a efeito uma colónia de férias e animações para crianças de famílias desfavorecidas da ilha de S. Miguel, de 12 a 18 de Julho e de 19 a 25 de Julho, em Vila Franca do Campo.

— O início do Projecto apoiado pelo Programa "Ser Criança", na primeira quinzena de Julho, contou com a presença de Olga Pires e Mário Martins, do Projecto Rua de Lisboa.



"CRESCER EM COMUNIDADE"

No passado dia 15 de Julho, realizou-se a apresentação do Projecto "Crescer em Comunidade", do Programa "Ser Criança", da Junta de Freguesia da Ajuda, no Auditório do Padrão dos Descobrimentos.

Neste encontro, entre outros, participaram Manuela Nogueira, que focou o papel do IAC na freguesia da Ajuda, Maria João Malho, que abordou o trabalho desenvolvido no âmbito das Acções de Ligação à Comunidade da Freguesia da Ajuda, reforçando a sua contribuição para a realização deste projecto.

O IAC agradece a disponibilidade que todos os parceiros envolvidos demonstraram (SCML, Ministério da Educação, Centro de Saúde a Ajuda, entre outros), para concretização do Projecto "Crescer em Comunidade".

Em 23 de Julho de 1996, o Conselho de Ministros da União Europeia proclamou 1997 como o Ano Europeu contra o Racismo. Uma declaração de intenções — "A Europa contra o Racismo" — foi assinada pelo presidente da Comissão Europeia, o presidente do Parlamento Europeu e o primeiro-ministro da Holanda. Nela é considerado que o Conselho e os Estados Membros reconheceram o desafio da proclamação e convidam as instituições europeias, os poderes públicos, as organizações privadas e os cidadãos, quer a nível europeu quer a nível nacional e local, a contribuir para a luta contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo, na vida quotidiana, na escola, no local de trabalho e nos meios de comunicação social.

Em Portugal, o Ano Europeu contra o Racismo teve o seu lançamento solene em Janeiro. Em declarações nessa cerimónia, a responsável da Direcção-Geral V (da qual depende a organização do Ano Europeu), Annette Bosscher, referiu ter ficado "tocada pelo facto de haver em Portugal um grande consenso contra o racismo". Consenso, salientou, que "é especifi-

co de Portugal e o país deveria mostrá-lo aos outros". Na ocasião, a representante da Comissão Europeia disse ainda que para combater o fenómeno do racismo é necessária "legislação que dê um sinal claro à população sobre qual é o limite e o interdito". Mas, salientou, também é importante o diálogo social entre diferentes estruturas.

No fim de 1997, Annette Bosscher afirmou não querer que as pessoas achem que foi "um ano bom". Pelo contrário, a ideia, diz, é ver aprovada uma agenda política a nível dos governos europeus e que seja posto a funcionar um observatório europeu do fenómeno do racismo.

Entretanto, ao longo do ano, houve algumas iniciativas sobre esta temática. Em Agosto, cerca de três mil jovens de todo o país participaram, na Praia de Pedrógão, Leiria, no Acampamento Nacional Contra o Racismo, para, segundo a organização, "realçar a ameaça que o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo constituem para o respeito dos direitos fundamentais e para a coesão económica e social da comunidade".